

OFENSIVA DO CAPITAL E OS LIMITES DO SINDICALISMO

Giovanni A. P. Alves *

Ao se prenderem sobre as dimensões políticas (e ideológicas), as análises sobre o sindicalismo brasileiro na década de 80 tenderam a subestimar as debilidades crônicas do nosso sindicalismo (ou os limites estruturais do sindicalismo em si) diante da nova conjuntura econômica e política aberta pelas transformações globais do capitalismo contemporâneo.

O objetivo do nosso texto é tentar expor algumas breves (e preliminares) reflexões sobre a situação atual e os desafios presentes e futuros do movimento sindical em nosso país. Pensarmos os desafios do sindicalismo brasileiro na década de 90 implica realizarmos uma análise crítica do desenvolvimento recente do movimento sindical no Brasil. Deste modo, apresentaremos, logo no início, um pequeno balanço de alguns enfoques significativos sobre a trajetória do sindicalismo brasileiro na década de 80.

A seguir, procuraremos demonstrar que as principais análises sobre o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil tenderam a concentrar-se mais sobre as determinações políticas e ideológicas, deixando de lado, ou não dando muita atenção às determinações estruturais propriamente dita. Ao se pren-

derem sobre as dimensões políticas (e ideológicas), as análises sobre o sindicalismo brasileiro na década de 80 tenderam a subestimar as debilidades crônicas do nosso sindicalismo (ou os limites estruturais do sindicalismo em si) diante da nova conjuntura econômica e política aberta pelas transformações globais do capitalismo contemporâneo.

A título de conclusão, procuramos colocar como hipótese que os principais desafios do sindicalismo contemporâneo dizem respeito às transformações estruturais que ocorrem na própria materialidade do capital. Estamos penetrando numa nova fase de acumulação do capital que coloca para as grandes empresas a necessidade de profundas reestruturações que levam à flexibilidade e precarização do mercado de trabalho e ao desemprego de longo prazo, situações estruturais que minam a eficácia do sindicalismo em si.

Nos primórdios da década de 90 surgiram algumas análises de balanço do sindicalismo brasileiro da última década. A revista "São Paulo em Perspectiva", da Fundação SEADE, publicou em seu primeiro número de 1990, o artigo "O Sindicalismo nos anos 80: um balanço", de Leôncio Martins Rodrigues (neste mesmo número saiu publicado também o artigo "Trabalhadores Influenciam nas Decisões", de Walter Barelli, que analisava as mudanças significativas do sindicalismo no quadro dos anos 80). Estas parecem ter sido as primeiras análises de balanço do movimento sindical no Brasil na década passada.

Outro ensaio significativo, intitula-

do "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo", de Jorge Eduardo L. Mattoso e Marco Antônio de Oliveira, publicado na mesma revista, em dezembro de 1990, tinha como objetivo efetuar uma análise do movimento sindical brasileiro na década passada, procurando situá-lo no interior da análise do desenvolvimento econômico-social do país no pós-guerra.

Outros ensaios mais sistemáticos iriam sair em 1991: os primeiros, reunidos na obra "O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80", organizada por Armando Boito e com ensaios do próprio Armando Boito Jr, Eduardo Noronha, Iram Jácome Rodrigues e Regina Reyes Novas. Logo a seguir, seria lançado "O Novo Sindicalismo" de Ricardo Antunes, com um longo ensaio intitulado "Um balanço do novo (e do velho) sindicalismo".

Outro ensaio importante, que apesar de tardio (foi publicado em 1992), segue a linha de balanço do sindicalismo brasileiro na década de 80 é "O declínio do sindicalismo corporativo" de Leôncio Martins Rodrigues, publicado na coletânea "Trabalho e Previdência", organizada por Ângela de Castro Gomes. Do mesmo autor, saiu publicado, no "Jornal do Brasil", de 27/06/92, um artigo intitulado "A década dos trabalhadores" (uma versão resumida da segunda parte da intervenção de Rodrigues num seminário sobre "O sindicalismo brasileiro na nova conjuntura",

* Doutorando em Ciências Sociais na Unicamp

Os diversos enfoques sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80 admitem que o sindicalismo em nosso país caminhou em direção contrária à do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos. Enquanto no mundo capitalista central os sindicatos passavam por uma crise profunda, no Brasil presenciávamos a explosão do sindicalismo.

promovido pelo Fórum Nacional de Altos Estudos).

Os ensaios enumerados são aqueles que utilizaremos em nossas considerações sobre os impasses (e desafios) do sindicalismo no Brasil na década de 90. É provável que outras análises tenham surgido. Entretanto, pensamos que reunimos, com os ensaios supracitados, as mais significativas abordagens do pensamento social brasileiro sobre o que foi o sindicalismo em nosso país na última década.

O Sindicalismo Brasileiro na Década de 80

Em primeiro lugar, os diversos enfoques sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80 admitem que o sindicalismo em nosso país caminhou em direção contrária à do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos. Enquanto no mundo capitalista central os sindicatos passavam por uma crise profunda, caracterizada pela diminuição do número de sindicalizados e de greves, no Brasil presenciávamos a explosão do sindicalismo. Enfim, para a maioria dos analistas sociais, a década de 80 foi, na expressão utilizada por Leôncio Martins Rodrigues, a “década dos trabalhadores”.

Os indicadores sociais utilizados para comprovar a vitalidade do sindicalismo brasileiro na última década, utilizados em sua maioria pelos analistas, foram os seguintes:

1. O crescimento do número de sindicalizados e sindicatos. No momento, o IBGE registra a existência, no país, de 9.118 sindicatos de empregados e empregadores, 4.635 nas áreas urbanas e 4.483 nas áreas rurais. Em 1988 havia 16,8 milhões de sindicalizados, 8,3 milhões no campo. Sobre o índice de sindicalização no Brasil existem divergências entre os estudiosos: calculando-

se em 48,5 milhões a população economicamente ativa com mais de 19 anos, 35% estariam sindicalizados, segundo Leôncio Martins Rodrigues¹. Armando Boito fornece um outro percentual de sindicalização no país - para ele apenas 13,8% da população ocupada do Brasil está sindicalizada nos sindicatos oficiais (em 1988).

Apesar do crescimento do número de sindicatos, Boito procura demonstrar que não ocorreu um salto no índice de sindicalização na década de 80 (conforme ele, algo em torno de 10% da população economicamente ativa estava sindicalizada)². Uma das causas desta debilidade organizativa do sindicalismo brasileiro é identificada, por Boito, como sendo a estrutura sindical populista. Por outro lado, a expansão do número de sindicatos e associações, é tratada por Rodrigues como uma das variáveis que contribui para o declínio do sindicalismo corporativo. Ou seja, tornou mais problemático o controle dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho³.

Eduardo Noronha indica que desde o final da década de 70, o associativismo vinha sendo valorizado. Entre 1970 e 1977 a porcentagem da população economicamente ativa constituída por operários sindicalizados decresceu de 13% para 12,5%, mas entre esse ano e 1979 pulou para 17%⁴.

2. Surgimento de centrais sindicais, particularmente da CUT, considerada hoje “a mais poderosa em número de entidades a ela filiadas e em capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores.”⁵ (o ensaio intitulado “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, de Leôncio Martins Rodrigues abre uma das principais coletâneas sobre o sindicalismo brasileiro nos anos oitenta⁶. É ainda deste autor as últimas pesquisas sobre o perfil sócio-político das centrais sindicais CUT e Força Sindical⁷).

3. Aumento de greves. O ensaio “A Explosão das Greves na década de 80” de Eduardo Noronha comprova, com vários dados estatísticos, a difusão e amplitude das greves de trabalhadores ocorridas no país na última década. Salienta ele, logo no início de seu estudo: “Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2 188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões.”⁸

4. Fortalecimento (ou a tentativa de consolidação) das organizações de base. Em seu ensaio “As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical”, Iram

Jácome Rodrigues trata da “presença significativa” na vida nacional da organização dos empregados nos locais de trabalho, denominadas comissões de fábrica, comissões de empresa, conselho de representantes dos funcionários, comissões de garagem, etc.

5. Ampliação dos espaços de negociação coletiva. Em seu ensaio “Trabalhadores influenciam nas decisões”, Walter Barelli ressalta: “Os anos 80 historicam como o sindicato passa a ser interlocutor dos demais setores da sociedade, influenciando cada vez mais nas decisões.”⁹

6. Conquista de amplo reconhecimento social. Mattoso e Oliveira salientam uma pesquisa da revista “Veja” de julho de 1988 que indicam que os sindicatos, apesar das dificuldades da conjuntura, eram uma das instituições que mais desfrutavam da confiança da população brasileira¹⁰.

7. As mudanças (e a conservação) da estrutura corporativista oficial, com o progressivo afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos (a Constituição de 1988 garantiu a autonomia sindical, embora mantenha a unicidade. Tal dinâmica de mudança e conservação da estrutura sindical no país tornou-se tema de ensaios significativos tais como “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical” de Armando Boito e o já citado “O declínio do sindicalismo corporativo” de Leôncio Martins Rodrigues.)

2 Armando Boito, “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical”, In “O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80”, Paz e Terra, 1991, p.86

3 Leôncio Martins Rodrigues, “O declínio do sindicalismo corporativo”, In Angela de Castro Gomes (org.), Trabalho e Previdência, FGV, 1990, p.23

4 Eduardo Noronha, “A Explosão das Greves na Década de 80”, In Armando Boito Jr. (org.), O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, op.cit., p.107-108.

5 Leôncio Martins Rodrigues, “O declínio do sindicalismo corporativo”, op.cit., p.39

6 Leôncio Martins Rodrigues, “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, In Armando Boito (org.), O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80.

7 Leôncio Martins Rodrigues, CUT: os militantes e a ideologia, Paz e Terra, 1990; Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso, Força Sindical - Uma Análise Sócio-política, Paz e Terra, 1993.

8 Eduardo Noronha, “A Explosão das Greves na Década de 80”, op.cit., p.95

9 Walter Barelli, “Trabalhadores Influenciam nas Decisões”, In Revista São Paulo Em Perspectiva, Jan./Mar. 1990, vol.4 - n° 1.

10 Jorge Eduardo L. Mattoso e Marco Antônio de Oliveira, “Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo”, In Revista São Paulo Em Perspectivas, Jul./Dez. 1990, vol.4, n°s 3/4

Os desafios postos para o sindicalismo brasileiro na década de 90 transcendem as dimensões político-ideológicas propriamente ditas, embora não podemos desprezar tais mediações, tendo em vista que o tipo de resposta sindical que possa ser dada a tais desafios depende, num primeiro momento, da orientação política-ideológica adotada.

Enfim, segundo os autores, de modo unânime, temos a presença marcante do sindicalismo brasileiro na década de 80 (e a sua notável particularidade diante da crise do sindicalismo no Primeiro Mundo). Nestes anos teria ocorrido no Brasil a própria expansão do "poder sindical". Diz Leôncio Martins Rodrigues: "A entrada dos trabalhadores na cena política se deu de modo fulminante e surpreendente."¹¹ Ou ainda: "Ao contrário do que aconteceu nos principais países industrializados, os anos 80 não foram uma década perdida para o sindicalismo brasileiro." E arremata: "Aqui, o fato marcante foi o aparecimento do que poderíamos chamar de poder sindical, entendido como a capacidade das lideranças sindicais de intervir no sistema político e, ainda que de modo limitado, influenciar o sistema decisório em suas instâncias executivas, legislativas e judiciárias."¹² Em outro ensaio, Mattoso e Oliveira chegam à mesma conclusão: "Apesar da extraordinária crise econômico-social que se abateu sobre a economia e a sociedade brasileiras, os anos 80 foram de dinamismo e de busca de novos caminhos para o sindicalismo."¹³

Outrossim, Ricardo Antunes salienta que os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro - a explosão das greves e do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, o aumento de índices de sindicalização, as mudanças (e as conservações) no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc. Após enumerar tais alterações no universo do mundo do trabalho em nosso país, Antunes parece contrastá-la com a contextualidade do capitalismo avançado, onde têm ocorrido os impactos da automação, da robótica, das novas técnicas de flexibilização e desre-

gulação da produção, das novas formas de gestão da força de trabalho, com profundos impactos na materialidade e na subjetividade do trabalho. Uma de tais tendências mais ou menos presentes nos países de capitalismo avançado e monopólico é, como salienta ele, a diminuição das taxas de sindicalização (e o predomínio das políticas defensivas)¹⁴. Antunes observa que o nosso país sente diretamente as repercussões e os impactos das mudanças tecnológicas, entretanto, admite que o nosso complexo sindical está no contra-fluxo do sindicalismo do Primeiro Mundo. Ou seja, enquanto o sindicalismo dos países capitalistas centrais está em crise profunda, o nosso sindicalismo parece estar em franca expansão (e consolidação).

Outro analista que destaca a particularidade sindical dos anos oitenta no Brasil é Armando Boito (apesar disso, ele não faz nenhuma referência direta, neste ensaio, a tal contraste entre o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil e nos países capitalistas centrais). Apenas em certo momento ele chega a comparar os índices de sindicalização dos países europeus com os do Brasil, para demonstrar que, "a despeito de ser esta uma fase de declínio da sindicalização e da atividade sindical na Europa", tais índices de sindicalização são, segundo ele, várias vezes superiores ao brasileiro. O seu interesse é apenas mostrar que o responsável por este atraso da sindicalização e da atividade sindical no país seria a persistência da estrutura sindical populista.

Boito inicia seu ensaio salientando: "O sindicalismo brasileiro mudou muito ao longo dos anos 80 e nesse início dos anos 90." Para ele, tais mudanças indicam, no seu conjunto, um indubitável "fortalecimento e ampliação do movimento sindical." Mais uma vez, os indicadores sociais de tais mudanças significativas do sindicalismo no Brasil seriam o surgimento de novos sindicatos oficiais e, no setor público, centenas de associações de caráter sindical. A expansão do sindicalismo rural (concomitante com a difusão do trabalho assalariado na agricultura) e do sindicalismo de classe média (comprovado com a disseminação de greves de médicos, de professores, de funcionários públicos, de jornalistas e outros setores da "classe média universitária"). Outro dado, para Boito, deste fortalecimento e ampliação do sindicalismo brasileiro na década passada seriam a incidência, a amplitude, a dimensão e a persistência da luta grevista de 1978 até o presente ano de 1991 (segundo ele, o Brasil neste período foi uma "espécie

de campeão em estatística de greve"). O surgimento da CUT, "uma das centrais mais duradouras e talvez com maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro" seria, finalmente, outro dado significativo desta ampliação e fortalecimento do sindicalismo nos anos oitenta (cuja repercussão na cena política e eleitoral, segundo Boito, seria dada pela criação e o crescimento do Partido dos Trabalhadores - PT)

Enfim, a particularidade do complexo sindical brasileiro nos anos oitenta seria muito claro para tais autores - enquanto nos países capitalistas centrais ocorreu a diminuição das taxas de sindicalização (configurando o que muitos autores denominam de "crise do sindicalismo"), no Brasil ocorreu, pelo contrário, na década passada, a explosão do sindicalismo, o estabelecimento do "poder sindical", a difusão das greves, o surgimento das centrais sindicais.

Em todas estas análises, os fatos parecem falar por si só - em termos estatísticos, ninguém poderia negar os dados expostos pelos diversos autores (crescimento do número de sindicatos, difusão das greves, criação das centrais sindicais). Tais dados levam inclusive a supor a presença marcante no cenário político do "poder sindical", inclusive com o reconhecimento da opinião pública do valor das entidades sindicais.

As Debilidades do Sindicalismo Brasileiro: Debilidades Políticas ou Limites Estruturais ?

Após expormos as diversas análises sobre o sindicalismo brasileiro na década passada - que transmitem uma certa impressão de otimismo generalizado com o desempenho do sindicalismo brasileiro na década de 80 - seria possível constatar-mos já nesse contexto dos anos oitenta algo que apontasse para os impasses (e desafios) que ameaçam hoje o sindicalismo? Ou seja, até que ponto o complexo sindical brasileiro da década passada esteve fora - ou no contra-fluxo - da contextualidade de crise do sindicalismo contemporâneo?

Alguns enfoques ressaltaram que, apesar de tais avanços do sindicalismo

11 Leôncio Martins Rodrigues, "O Sindicalismo nos anos 80 - um balanço", In São Paulo Em Perspectivas, Jan/Mar. 1990, vol.4 - n° 1.

12 Leôncio Martins Rodrigues, "A década dos trabalhadores", In Jornal do Brasil, 27/06/92

13 Jorge Eduardo L. Mattoso e Marco Antônio de Oliveira, In "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo", op. cit., p.111

14 Ricardo Antunes, O Novo Sindicalismo, Editora Brasil Urgente, 1991, p.11/12

A intervenção sindical no local de trabalho ainda é muito restrita ou quase inexistente e a influência dos sindicatos nas decisões de política econômica é quase nula.

em nosso país, as debilidades continuam. A principal delas seria a permanência da estrutura sindical corporativa. Esta é a posição principal de Armando Boito, que em seu ensaio "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical" observa que apesar deste "indubitável fortalecimento e ampliação do movimento sindical" no país, não poderíamos considerar tal quadro sindical como sendo uma ruptura com o "passado populista do sindicalismo brasileiro" (o que para Boito é o verdadeiro limite do sindicalismo no Brasil).

Divergindo da opinião de dirigentes sindicais de esquerda e da grande maioria dos estudiosos (Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés, Francisco Weffort e Ricardo Maranhão), Boito defende que "o populismo ainda está vivo e penetra, de maneira desigual, amplos setores do movimento sindical brasileiro." E neste ensaio, ele procura demonstrar a persistência, ao longo dos anos 80 e neste início da década de 90, da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 30, estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia populista que lhe corresponde. Apesar do modo de funcionamento e o papel do organismo sindical oficial terem mudado bastante na última década, com o "afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos", Boito salienta que isto não significa que estamos presenciando a crise profunda da estrutura sindical (e de sua superação). Diz ele: "A estrutura sindical não conheceu nenhuma crise ao longo dos últimos anos, e que as transformações pelas quais passou representam não a sua extinção, mas sim a sua reforma, reforma que lhe permitiu sobreviver à crítica ideológica e prática a que foi submetida desde os anos 70."¹⁵

Finalmente, após demonstrar isto, Boito procura enfatizar que a estrutura sindical, mesmo reformada, desempenha o papel de "limitar e moderar a luta sindical dos trabalhadores." Enfim, a sua ênfase é sobre a variável política para explicar o desenvolvimento do sindicalismo no país, sendo que a expressão desta determinação política, no caso do sindicalismo, é a estrutura sin-

dical, entendida por ele como o sistema de relações que asseguram a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado - do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. E nesta estrutura sindical brasileira, Boito reconhece como elemento essencial "a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado" (ou seja, a unicidade sindical, um dos elementos da estrutura sindical brasileira que não mudou após a Constituição de 1988).

Outro autor que procura concentrar-se sobre as determinações políticas na análise do desenvolvimento do sindicalismo no Brasil é Leôncio Martins Rodrigues. Ao contrário de Boito, Rodrigues salienta que um dos fatos mais importantes da década de 80, inclusive agindo como causa e consequência de um conjunto de outras mudanças, foi o "início da crise, aparentemente irreversível, do modelo corporativo de organização sindical e de relação das classes entre si e delas com o poder estatal." Ou seja, para ele o enfraquecimento do controle governamental sobre as organizações sindicais caracterizaria o declínio de um modelo (ele não fala em "estrutura sindical") denominado de corporativista.

O espírito (e a prática) do sindicalismo corporativo no Brasil foram corroídas no decorrer da década de 80 por um conjunto de eventos de natureza diversa (sendo o principal deles a Constituição de 1988, que para ele, no seu artigo 8º, desferiu "um golpe profundo no modelo corporativo ao impossibilitar a intervenção do Estado nos assuntos internos dos sindicatos."). E inclusive prevê que mesmo aquela característica que Boito considera como sendo a essência da "estrutura sindical" populista - a unicidade sindical - tende a extinguir-se. Diz ele: "Algumas das pilastras de sustentação do modelo corporativo - como a unicidade sindical, o controle sobre a organização sindical por parte do Ministério do Trabalho, os poderes normativos da Justiça do Trabalho, etc - têm cada vez menos possibilidades de sobrevivência no interior de uma sociedade democrática e urbanizada."¹⁶

Não é que Rodrigues acredite que a estrutura sindical corporativa tenha se esboado, mas sim que estaríamos presenciando um "sistema híbrido" na qual, segundo ele, "a autonomia das organizações sindicais deve conviver com a unicidade imposta por lei, e a liberdade de negociação e a arbitragem com as funções normativas da Justiça do Trabalho." Por fim, salienta: "Acreditamos, contudo, que os elementos de natureza liberal acabarão por entrar em

choque com os de natureza corporativa num contexto econômico, tecnológico, político e cultural em que os valores democráticos tendem a ser hegemônicos."¹⁷

Tal como Boito, o primado da determinação política está presente nas análises de Rodrigues (apesar desta dimensão política estar vinculada a outras determinações). Por exemplo, no interessante ensaio "Classe Operária e Sindicalismo", ele destacou seis dimensões imprescindíveis para a análise do sindicalismo brasileiro e das relações industriais, sendo que quatro delas têm caráter político-ideológico propriamente dito (mudanças nas elites políticas, no sistema político nacional, na natureza do Estado, nas ideologias e valores políticos dominantes).¹⁸

Por outro lado, Ricardo Antunes parece afirmar que o futuro do sindicalismo brasileiro está vinculado, de certo modo, ao resultado do debate político-ideológico, que caracteriza a segunda metade da década de 80 (o surgimento de uma "nova direita" e de um sindicalismo de resultado assinalariam tal fato). Novamente, as determinações político-ideológicas parecem condicionar o desenvolvimento do nosso sindicalismo. Diz Antunes: "[...] a partir da segunda metade desta década - já sob a 'Nova República' - o movimento sindical passou a ser solicitado numa dimensão até então menos presente: a dimensão ideológica." E arremata: "Além da resistência até então predominante - e que por certo se mantém e se manterá por bom tempo - tornou-se necessário para os sindicatos, em suas tendências nacionais, oferecerem alternativas num quadro que não era mais aquele ditatorial. Isto os jogava para um universo explicitamente político-ideológico."¹⁹ Na medida em que são solicitados a optar entre uma postura "classista" ou "social-democrata", tal escolha política parece ser o grande desafio dos sindicatos brasileiros.

É claro que Antunes não deixa de reconhecer, no limite, a determinação de elementos estruturais, mas como os demais autores parece considerar que o desenvolvimento do nosso sindicalismo está mais no contra-fluxo do que no

15 Armando Boito, "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical", op. cit. p. 49

16 Leôncio Martins Rodrigues, "O declínio do sindicalismo corporativo", op. cit. 22

17 Leôncio Martins Rodrigues, "O declínio do sindicalismo corporativo", op. cit. 22/23

18 Leôncio Martins Rodrigues, "Sindicalismo e Classe Operária", In História da Civilização Brasileira, Tomo III, Difel, 1981, p.510.

19 Ricardo Antunes, op. cit. p. 82

As mudanças no terreno tecnológico e especialmente organizacional, que se incrementaram nos últimos anos, com a abertura econômica, o crescimento da competitividade internacional, puseram o sindicalismo numa situação de impasses estruturais.

fluxo das tendências do sindicalismo dos países capitalistas centrais. Por isso, para ele, o dado fundamental seria colocar como decisivo, por exemplo, o debate político-ideológico que ocorre no interior da CUT e não tratar, de certo modo, como problema central, do processo objetivo (e estrutural) de transformações que ocorrem no âmbito da materialidade do capital e que atinge em cheio o movimento sindical (não importa, em última instância, de qual coloração político-ideológica). Tal processo estrutural de transformações do capital passou a ocorrer, muitas vezes de forma microscópica, no complexo industrial brasileiro e se incrementou nos últimos anos. É provável - e isto colocamos como mais uma hipótese - que tal desenvolvimento objetivo da materialidade do capital, de caráter estratégico, seja, inclusive uma das causas essenciais das próprias transformações da subjetividade operária vinculada à CUT (a emergência de uma espécie de "sindicalismo de resultados" no interior da CUT, uma vertente social-democrata, mais disposta ao diálogo que ao confronto com o capital. Na verdade, uma estratégia política de sobrevivência diante da ofensiva do capital em crise, particularmente na indústria automobilística).

Os Desafios para o Sindicalismo Brasileiro no Limiar do Século XXI

Após apresentarmos tais enfoques, poderíamos colocar, à título de hipótese que, a ameaça que paira sobre o movimento sindical no Brasil é menos de natureza política do que de natureza estrutural. Os desafios postos para o sindicalismo brasileiro na década de 90 transcendem as dimensões político-ideológicas propriamente ditas, embora não podemos desprezar tais mediações, tendo em vista que o tipo de resposta sindical que possa ser dada a tais desafios depende, num primeiro momento, da orientação política-ideológica adotada.

Entretanto, os novos desafios postos pela ofensiva do capital neste final

de século XX põem em questão a própria eficácia do sindicalismo enquanto prática social. Se tal investida do capital pôs o movimento sindical nos países capitalistas centrais num situação de crise estrutural, algo não muito diferente ocorrerá conosco, principalmente porque entre nós o sindicalismo não teve o mesmo potencial organizativo (e defensivo) destes países industriais.

Apesar da "explosão" sindical da última década, o nosso sindicalismo possui ainda debilidades crônicas, não apenas de dimensões políticas (tal como a "estrutura sindical populista" ou o "modelo corporativo", ressaltada pelos vários analistas), mas de dimensões estruturais (que reforçam, em última instância, tais debilidades apontadas pelos vários estudiosos).

Apesar dos avanços da última década, a pouca organização por local de trabalho e a baixa sindicalização, por exemplo, ainda constituem debilidades crônicas do nosso sindicalismo. Além disso, o próprio contexto macroeconômico de instabilidade econômica e inflação galopante criou o que poderíamos chamar de uma cultura sindical reativa que leva à exaustão do defensivismo corporativo (de caráter economicista), abrindo poucos espaços para demandas estratégicas (por exemplo, a organização no local de trabalho, muito embora tenham surgido nesta década, nos sindicatos mais organizados, a luta pela organização do trabalho).

Mattoso e Oliveira constaram tal debilidade crônica do nosso sindicalismo. Dizem eles: "O aumento da mobilização sindical não se traduziu na superação da prática reativa/reivindicativa - que certamente constitui um traço definidor da ação sindical em qualquer país -, mas que no nosso caso passou a ser o único ponto de referência da ação sindical, indicando a ausência de definições no plano estratégico." E salientam: "Apesar também da maior capacidade de pressão dos trabalhadores, as ações no curto prazo nem sempre resultaram em conquistas: basta observar os resultados da década."²⁰

Deste modo, a intervenção sindical no local de trabalho ainda é muito restrita ou quase inexistente e a influência dos sindicatos nas decisões de política econômica é quase nula. Diante do aprofundamento da recessão, da abertura econômica, do incremento da concorrência intercapitalista, a exclusão dos trabalhadores das decisões estratégicas tomadas pelas empresas (e pelo governo) ainda é total (por outro lado, as câmaras setoriais, por exemplo, constituem uma experiência defensiva de novo tipo, cujas concessões entretan-

to não garantem em definitivo a manutenção do padrão de vida e salário para os operários em geral. Possui um viés neocorporativo muito forte que tende a amarrar, por completo, o sindicalismo à lógica do capital).

Portanto, se a década de 80 criou a aparência de que o sindicalismo em nosso país corria na direção contrária, no contra-fluxo, dos países desenvolvidos do centro capitalista, a próxima década, sob a égide da globalização econômica (e da reestruturação produtiva) colocará para o sindicalismo brasileiro, de forma muito clara, os mesmos desafios que estão sendo colocados para o sindicalismo em outros países industriais.

O incremento do potencial ofensivo do capital, inclusive, vem ganhando novas proporções desde meados da década de 80. Na última década, o capital fez intervenções muito mais estratégicas do que os sindicatos, presos à sua lógica reativa/reivindicativa.

Em primeiro lugar, os empresários souberam reagir à investida do movimento sindical no início da década de 80. Para isso, a indústria mais dinâmica, onde precisamente o movimento sindical é mais poderoso, adotou a modernização tecnológica, seja através da inovação organizacional, seja através da inovação tecnológica (com efeitos decisivos sobre emprego, qualificação e organização sindical). Como salienta Falabella, "o próprio desenvolvimento do movimento sindical e popular é um fator que deverá incentivar a modernização tecnológica já que esta será útil como resposta patronal frente ao avanço sindical."²¹ Ele observa que durante a década de oitenta, sob as novas condições políticas de Estado de Direito democrático, o capital soube reagir de modo estratégico e não apenas imediato. Ou seja, os empresários passaram a compreender que sua resposta não pode ser puramente despótica. Diz ele: "Isso dinamiza a busca de inovações organizacionais e tecnológicas, que permitem dar uma resposta mais estratégica aos desafios colocados pela necessidade de manter o controle da organização do trabalho."²²

A forte ofensiva exportadora desenvolvida pelas grandes empresas na se-

20 Jorge Eduardo L. Mattoso e Marco Antonio de Oliveira, "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo", op. cit. p. 119

21 Gonzalo Falabella, "Uma Discussão Teórico-Comparativa: Análise das Experiências Internacionais", In Ricardo Toledo Neder et alii, *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, Hucitec, 1988

22 Gonzalo Falabella, op.cit., p.42

O impacto desta ofensiva do capital terá, com certeza, traços particulares (e diferenciados) no Brasil, mas exigirão, em maior ou menor proporção, redefinições na prática sindical vigente.

gunda metade da década de oitenta, contribuiu para a modernização da estrutura industrial do país. Surgiram inovações dinâmicas não apenas pela emergência de um poderoso movimento sindical com forte poder de pressão política e social, mas pelos requerimentos de competitividade no mercado internacional.

Portanto, podemos dizer que a década de 80 não foi apenas a "década dos trabalhadores", mas também a "década do capital" (principalmente na segunda metade dos anos 80). As mudanças no terreno tecnológico e especialmente organizacional, que se incrementaram nos últimos anos, com a abertura econômica, o crescimento da competitividade internacional, puseram o sindicalismo numa situação de impasses estruturais. Não apenas a modernização tecnológica, mas a própria reestruturação produtiva *latu sensu*, dada pela terceirização, juntamente com o incremento do desemprego estrutural, põem o sindicalismo na defensiva (independente da sua forma política).

Mattoso e Oliveira reconhecem que durante esta última década vieram à tona transformações estruturais que afetaram intensamente a economia e a sociedade dos países capitalistas centrais (e que agora, no início da década de 90, parece estar atingindo o Brasil).²³ Eles salientam quais os fatores estruturais que incidirão, direta ou indiretamente sobre a ação sindical neste final de século XX:

1. Uma nova composição da forma material de desenvolvimento do capital, ou como diz Mattoso e Oliveira, o declínio relativo de alguns setores produtivos (siderúrgicos, têxteis, etc), a reconversão de outros (automobilístico, máquinas e equipamentos, etc), a partir da introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, e a expansão de novos setores (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, etc). O resultado deste processo é o surgimento do desemprego estrutural, uma das principais causas da crise do sindicalismo no Primeiro Mundo.

2. A difusão de novas tecnologias no processo produtivo que sob a for-

ma social capitalista tendem a abalar os laços de solidariedade e homogeneidade típicos da classe operária tradicional. Ou como observa Mattoso e Oliveira, a automação microeletrônica, a robótica e os novos fluxos organizacionais estão conduzindo à fragmentação e à dispersão da força de trabalho, constituindo portanto, um poderoso obstáculo à própria eficácia sindical.

3. O surgimento de uma casta operária, constituída por um novo segmento de trabalhadores que valorizam, antes de tudo, seu saber técnico individual. Em contraste com este novo segmento operário, numericamente reduzido, temos a existência de uma grande massa de trabalhadores precários, sem qualquer proteção social, sujeita ao mercado informal ou ao desemprego. Os dois segmentos de operários possuem grandes dificuldades de participarem de sindicatos (pelo menos, em sua forma tradicional) - o primeiro, pela introjeção de valores de mercado, tais como o individualismo e a competição (além de estarem mais dispostos a serem "parceiros" do capital); o segundo, pela subsunção à lógica da concorrência entre si - a precariedade do trabalho tenderia a criar, entre eles, o dilema hobbesiano do *omni homini lupus*.

4. A proliferação de micro e pequenas empresas, incentivadas muitas vezes pelas grandes e modernas empresas (ou pelo próprio Estado), seja como estratégia de reestruturação produtiva (terceirização, por exemplo), seja como política estatal de combate ao desemprego. O que ocorre é a difusão de modelos de relações de trabalho que reforçam a "precariedade" da força de trabalho. Diante deste novo tecido produtivo, marcado pela sobreposição de formas produtivas heterogêneas, o sindicalismo encontra dificuldades de atuação (ou controle).

5. A diminuição dos contingentes operários na estrutura produtiva, processo social ocasionado não apenas pela reconversão industrial, mas pela própria tendência de longo prazo da expansão dos serviços. O movimento sindical tende a perder, portanto, seu núcleo clássico (e combativo), e será obrigado a trabalhar, com dificuldades, um novo tipo de trabalhador assalariado - o de serviços. Tal transformação social terá um forte impacto na identidade coletiva de classe.

6. Por fim, um leque de ofensivas do capital à própria estrutura de emprego e salários e de gestão social do Estado, caracterizado pela flexibilização dos contratos de trabalho, redução progressiva dos gastos sociais do Estado, concentração de renda. O enfraquecimen-

to do sindicalismo no Primeiro Mundo, caracterizado pela queda das taxas de sindicalização, tendem a levar ao surgimento de um neocorporativismo sindical.

O impacto desta ofensiva do capital terá, com certeza, traços particulares (e diferenciados) no Brasil, mas exigirão, em maior ou menor proporção, redefinições na prática sindical vigente.

No Brasil, o início da década de 90 demonstrou tal condição - a derrota do candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) à Presidência da República, apoiado pela CUT, e a vitória política do candidato neoliberal Collor de Mello nas eleições de 89, contribuiu (e apenas favoreceu), de certo modo, tal ofensiva do capital sobre o trabalho organizado. Nestes próximos anos, o país tenderá a integrar-se à lógica do capitalismo mundial - numa forma mais ou menos subordinada (dependendo do próximo governo) e o movimento sindical brasileiro tenderá a partilhar de desafios comuns aos do sindicalismo do Primeiro Mundo, apesar das várias realidades políticas e ideológicas.

Leôncio Martins Rodrigues, numa breve (e última) passagem de um de seus ensaios, reconhece os desafios postos pela nova conjuntura capitalista mundial (na qual o Brasil está integrado). Diz ele: "As lideranças sindicais brasileiras deverão, se estivermos certos, preparar-se para atuar num cenário novo e instável que lhes coloca muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil." E conclui: "A mesma flexibilidade que se impõe aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado impõe-se às lideranças sindicais."²⁴ A última observação de Rodrigues pode indicar que, sob tal conjuntura de transformações estruturais na economia e na sociedade, o sindicalismo tenderá cada vez mais a incorporar para si, a lógica do capital, perdendo, pelo menos tendencialmente, o caráter classista. Certamente, o processo não será linear, mas sinuoso e marcado por particularidades próprias das condições estruturais de cada nação.

Finalmente, os impasses do sindicalismo são os impasses da própria esquerda clássica do movimento operário, que diante da ofensiva do capital global (com a utilização de novas tecnologias e flexibilidade da produção),

23 Jorge Eduardo L. Mattoso e Marco Antonio de Oliveira, "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo", op. cit. p. 118

24 Leôncio Martins Rodrigues, "O declínio do sindicalismo corporativo", op. cit., p. 40

Os impasses do sindicalismo são os impasses da própria esquerda clássica do movimento operário, que diante da ofensiva do capital global (com a utilização de novas tecnologias e flexibilidade da produção), parece ser incapaz ainda de oferecer uma alternativa viável contra a usurpação universal do "princípio de rentabilidade".

parece ser incapaz ainda de oferecer uma alternativa viável contra a usurpação universal do "princípio de rentabilidade".

A melhor demonstração deste impasse é dado, por exemplo, por um artigo recente de Ricardo Antunes, intitulado "A CUT entre o classismo e a social-democracia". O autor apesar de admitir a existência de alternativas para a CUT ("social-democracia" ou "classismo"), não vislumbra ainda - apesar de defender - uma alternativa concreta da esquerda socialista a tais desafios postos pelo capital. As interrogações colocadas por ele sintetizam o dilema da esquerda socialista, que ainda não sabe o que fazer diante da nova configuração global do capitalismo tardio em crise.

As dificuldades de maior monta colocadas por Antunes, sob a forma de interrogações, são as seguintes: "Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite a globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível, hoje, articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho?".²⁵

Apesar de Antunes não ter respostas prontas para tais perguntas, o seu mérito é reconhecer que a nova realidade posta pelo capitalismo tardio no limiar do século XXI põe enormes desafios para o movimento sindical e operário de caráter socialista (o fato do autor colocar tais desafios na forma de interrogações - "Como é possível..." - demonstra a sua consciência das grandes dificuldades de implementação de tais políticas num contexto mundial de ofensiva material do capital transnacional).

Na verdade, reconhecermos que a alternativa correta para o movimento operário não é a social democracia, não significa muita coisa hoje em dia. O pró-

prio "classismo" - ou o socialismo - encontra dificuldades concretas (e objetivas) para viabilizar-se enquanto alternativa política. Até porque a crise da social democracia é outra vertente da crise do socialismo enquanto forma política esboçada pelo próprio movimento do capital transnacional, que tende a tornar ineficaz - embora não absolutamente - a gestão política e econômica do próprio Estado-nação, o território onde ocorre, de modo concreto, as lutas (e demandas) sociais.

Enfim, é a própria política nacional que está em crise e os impasses da esquerda ligada ao movimento operário traduzem tais desafios que exigem pensar novas formas de atuação neste limiar do século XXI.

O que certamente exigirá estratégias políticas de novo tipo, com o incremento de organizações locais, nacionais e transnacionais e mais do que isso, da superação dos próprios limites do sindicalismo enquanto forma clássica de movimento operário vinculado a demandas salariais *latu sensu*. A reposição de intervenções políticas globais da classe trabalhadora significa, no limite, ir além do corporativismo típico da forma sindical vigente do sindicalismo do pós-guerra.

25 Ricardo Antunes, "A CUT entre o classismo e a social democracia", In Sebastião L. Neto e Vito Giannotti, Para Onde vai a CUT?, Scritta editorial, 1993, p.91